

Ulysses prefere não acreditar na informação

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, assegurou ontem não ter tomado conhecimento de declaração atribuída ao Presidente José Sarney pelo Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, de que o atual mandato presidencial de seis anos já está definido pela mesma Constituição que legitimou a Assembléia Nacional Constituinte.

Diante da insistência de repórteres, o Presidente do PMDB afirmou que Sarney tem reiterado a muitos de seus interlocutores que acatará a decisão da Constituinte sobre a duração do seu mandato.

Já o Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça, vai manter em seu relatório a proposta de um mandato de quatro anos para os Presidentes da República — inclusive o atual — e disse ontem que só acreditará na afirmação de que Sarney acha que deve ter seis anos de mandato se isso for dito publicamente. Fogaça garantiu que tem ouvido do Presidente que a Constituinte tem poderes para fixar seu mandato e que, enquanto Sarney não disser o contrário, ficará com a primeira informação.

— Há muitas pessoas querendo se lançar como defensores do mandato do Presidente Sarney — criticou o Senador.

Fogaça, que ontem já tinha recebido quase 200 emendas ao seu projeto e apresentará parecer sobre elas esta semana, só mudará sua proposta de neoparlamentarismo se assim a Subcomissão decidir.

Quércia discorda e acha que decisão é da Constituinte

18 MAI 1987

CAMPINAS, SP — A informação de que o Presidente José Sarney não está disposto a abrir mão de seu mandato de seis por considerar que a Constituição atual lhe garante esse período, não foi bem recebida pelo Governador de São Paulo, Orestes Quércia. Ele, que também defende seis anos para Sarney, discorda e acha que a Constituinte tem poderes para definir os mandatos presidenciais, inclusive o de Sarney. "Até mesmo a questão do direito adquirido deve ser analisado pela Constituinte, e acredito que é isso mesmo que ela irá entender", disse o Governador de São Paulo.

Quércia acha que os sucessores de Sarney devem ter mandatos de quatro anos: "Sou favorável aos seis anos para que haja coincidência na eleição do Presidente e do futuro Congresso Nacional".

O Governador de Minas, Newton Cardoso, afirmou ontem que não tem validade a tese defendida pelo Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, sobre o mandato de Sarney. "A Constituinte pode tudo, até estabelecer o tempo de Governo do Presidente", frisou Newton.

Em Porto das Galinhas, a 150 quilômetros de Recife, onde passou o final de semana, o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse que a



Quércia e Arraes rejeitam a tese, mas Burity aceita

definição do mandato do Presidente é prerrogativa da Constituinte. "Caso ele entenda que tem direitos a seis anos de mandato, deve mobilizar as forças que lhe dão sustentação para fixar esse prazo na próxima Constituição", afirmou Arraes.

Já o Governador da Paraíba, Tarcísio Burity, disse que a informação de que o Presidente José Sarney se considera dono de um mandato de seis anos vem de encontro ao que tem defendido há muito tempo. "A Constituinte não partiu de um ponto zero. Quando se votou em Tancredo Neves, todos os políticos sabiam que ele governaria por um prazo de seis anos".

Para o Governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Mello, o mandato de seis anos para Sarney é tão legítimo quanto os dos deputados e senadores eleitos em novembro último.

Mas na opinião do Governador da Bahia, Waldir Pires, a competência da Constituinte é ilimitada e ela é soberana inclusive para fixar o mandato do atual Presidente da República.